



CURSO MODULAR DE MATEMÁTICA NO CONTEXTO DAS FORMAÇÕES EMERGENCIAIS CONSTITUÍDAS NA REFORMA EDUCACIONAL DOS ANOS DE 1990

*Ana Maria de Almeida
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
prof.mat.aninhaw2@gmail.com*

Grupo de Trabalho: Formação de Professores e Currículo.

Resumo: Este trabalho traz parte da pesquisa de Mestrado “Inventar e se reinventar em meio a narrativas históricas: uma trajetória de pesquisa sobre o Curso Modular de Matemática em Campo Grande-MS”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – PPGEdumat. Nosso objetivo consiste em apresentar parte dos resultados que evidenciamos neste estudo a partir das reflexões sobre a criação, desenvolvimento e fechamento do Curso Modular de Matemática que ocorreu em Campo Grande MS entre os anos de 1999 e 2005. Sob o referencial teórico metodológico da história oral construímos nosso percurso em uma pesquisa historiográfica com base nos relatos de egressos dessa formação. Essa trajetória de estudo emergiu da negociação entre orientanda e orientadora em meio às leituras de pesquisas sob a influência da filosofia, às discussões no grupo de pesquisa, às reflexões relacionadas aos princípios mercadológicos implícitos nas políticas que originaram a Reforma Educacional dos anos de 1990, bem como às reflexões sobre leis e diretrizes educacionais daquele contexto. Com esse trabalho construímos um cenário de um curso superior de matemática imerso em um movimento de formação emergencial que atendeu um número elevado de professores que atuavam sem habilitação específica na educação básica e sequer constam nos registros oficiais.

Palavras-chave: Cursos Modulares de Matemática; Formação emergencial de professores; Filosofia e Educação Matemática; Reforma Educacional da década de 1990.

INTRODUÇÃO

Nosso estudo denominado “Inventar e se reinventar em meio a narrativas históricas: uma trajetória de pesquisa sobre o Curso Modular de Matemática em Campo Grande-MS”, foi resultado de um processo de constituição de uma pesquisadora em um movimento de construção de seu objeto de estudo em uma pesquisa histórica. Essa constituição se deu em um reconhecimento da não separação entre passado presente e

futuro, mas admitindo que ambos são movimentados em nosso cotidiano criamos outros passados, presentes e futuros, os modificamos e somos modificados por nossas representações nossas criações e nossas vivências. Sendo assim, não abandonamos nossos devires, mas transformamo-los em outros a partir dos enfrentamentos de nossas experiências. Concordamos com Deleuze (1974, p.1) que o devir “se furta ao presente, o devir não suporta a separação nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro. Pertence à essência do devir avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo.”

Sendo assim, objeto de pesquisa e pesquisadora foram constituídos nesse movimento de pesquisa em uma composição entre presente passado e futuro, trazendo vozes do passado em uma perspectiva do presente, no horizonte de um futuro incerto.

Destarte, apresentamos esse trabalho desenvolvido na perspectiva da Historiografia e sob o referencial teórico metodológico da História Oral - HO em Educação Matemática. De acordo com Garnica, (2011) esse referencial nos permite como pesquisadores, uma postura de:

[...] presentificar ausências ou fazer dialogar passado e presente, a partir do presente, implica arbitrar origens e lançar mão de fontes várias, de diversas naturezas, visando à constituição de narrativas que possam dar conta de conhecer práticas, estratégias, concepções, políticas – pontos de vista – que desconhecíamos que esquecemos ou negligenciamos. Nossos desconhecimentos, nossos esquecimentos e nossas negligências – faces da ausência – se tornados lembrança e apelo à atenção e à ação – ou seja, se presentificados – podem nos ajudar a redimensionar práticas atuais e gerar interferências significativas no presente. (GARNICA, 2011, p.228).

Nessa ótica, nos permitimos questionar nossas próprias verdades pelo viés da problematização em uma reflexão sobre a formação de professores de matemática nessa produção narrativa, a partir de relatos orais de egressos dessa formação.

Ressaltamos que a construção deste estudo foi imersa em acontecimentos que nem sempre ocorreram de forma harmônica em trajetória de pesquisa. Sobre os acontecimentos Cardoso (1995, p.3) remete aos pensamentos de Foucault e Nietzsche quando os reconhece na “irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento da sua produção”. Esse “lugar e esse “momento” não têm a ver com datas ou distanciamentos geográficos, mas a mistura de experiências e de processos de mutação que atravessara a pesquisadora em diferentes momentos no fazer de educadora e pesquisadora em Educação Matemática quando se coloca a discutir a própria formação como sujeito da pesquisa.

Reconhecemos esse dever relacionado ao exercício de pesquisar como uma experiência que pode ser identificada na ótica de Jorge Larrosa como um “isso que me passa”, de tudo “isso” que se passa na história da formação de professores de matemática, diversos acontecimentos atravessaram e tocaram de alguma forma essa pesquisadora.

Nessas circunstâncias a escolha desse objeto de pesquisa surgiu da negociação entre orientanda e orientadora, o que proporcionou esse exercício de pesquisa em uma construção de questionamentos sobre o curso Modular de Matemática no contexto da reforma educacional supracitada em meio às influências políticas, sociais e culturais de seu tempo.

Inseridas no universo da pesquisa qualitativa na perspectiva da História Oral consideramos as diferentes fontes históricas a que tivemos acesso como os relatos orais dos colaboradores, as memórias da pesquisadora e a partir desses relatos construímos a dissertação de mestrado e um diálogo com pesquisas que discutem a reforma educacional dos anos de 1990, e autores que relacionam questões da filosofia no campo da educação.

Sendo assim, a pesquisadora, orientanda se constituiu em diversos encontros ao problematizar o contexto de materialização da própria formação acadêmica, o Curso Modular de Matemática. A partir dessa experiência de mestrado essa pesquisadora construiu um cenário do Curso Modular, diferente daquele de sua visão inicial.

Vale ressaltar essa mudança no perfil da pesquisadora que embora acreditasse saber tudo sobre sua formação, portanto não visse sentido em estudar tal tema, uma vez que visualizava apenas um curso regular como qualquer outro, como mostravam os registros oficiais.

Nessa experiência fomos evidenciando uma face do Curso modular e de outros cursos emergenciais de formação de professores construídos na Reforma Educacional da década de 1990 que gerou mudanças políticas que refletiram na reformulação das leis e na organização da educação inclusive na formação de professores.

O curso foi desenvolvido nas férias escolares, nos meses de janeiro e julho, sendo que grande parte dos acadêmicos eram professores que atuavam em sala de aula da Educação Básica, sem formação específica. Esses acadêmicos eram professores de diversas cidades do interior do estado de Mato Grosso do Sul e outros, até mesmo de regiões bem distantes.

No decorrer da pesquisa percebemos a ausência de registros oficiais sobre o Curso Modular de Matemática, uma vez que os documentos sobre essa formação apresentavam o

título de Formação de Professores para a Educação Básica – Matemática. Ao mesmo tempo em que percebemos que o título “Curso Modular” só existia na visão de professores e acadêmicos, também visualizávamos a riqueza do referencial teórico metodológico que nos permitia relacionar as narrativas dos depoentes com as diferentes fontes mobilizadas nesta pesquisa. Além disso, essa experiência nos permitiu criar fontes e, quem sabe, contribuir com pesquisas futuras.

Envolvida nesse movimento de pesquisa a pesquisadora, influenciada pelas discussões com a orientadora e no grupo de pesquisa “História da Educação Matemática em Pesquisa – HEMEP”, evidenciou, a partir das fontes, uma formação que foi construída no sentido de atender uma demanda de professores habilitados devido ao cenário de professores sem formação específica que atuavam na Educação Básica em diversas regiões do país nos anos de 1990.

Nesse exercício, procuramos problematizar os relatos dos nossos colaboradores e dessa pesquisadora em um diálogo com as leis e diretrizes educacionais da época imersas em ações governamentais pautadas nos princípios mercadológicos, no sentido de responder aos financiadores do país como o Banco Mundial – BM.

Nas ocasiões de entrevista os depoentes relataram a necessidade de alcançar uma meta na formação de professores, no sentido de atender uma demanda de professores habilitados para atuarem na Educação Básica no país naquele momento. Essa informação parece refletir as exigências descritas nos itens 18 e 19 do PNE que estipulam um prazo de 10 anos para que todos os professores da educação básica estejam habilitados. De maneira semelhante o artigo 87, inciso 4º da LDB Brasil (1996) determinava: “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

Se estendermos nosso olhar para o panorama nacional, perceberemos ações governamentais focadas na manutenção e expansão do mercado brasileiro. As estratégias governamentais representadas nas leis e diretrizes sobre a formação de professores e na fala dos depoentes no sentido de concretizá-las.

Em uma análise influenciada pelo pensamento foucaultiano percebemos um movimento do governo que na gestão de Fernando Henrique Cardoso mobilizava ações sociais no sentido de atender as exigências do BM, um financiador da economia do país. Embora Michel Foucault não tenha discutido questões educacionais, podemos buscar apoio em seus estudos sobre governamentalidade para pensar diversas questões sociais, inclusive

educacionais, se olharmos para as relações de poder mobilizadas nesse contexto. No caso da educação o gerenciamento das políticas, leis e ações seriam direcionadas a partir de um patamar inicial obtido por meio de avaliações em diversas escalas. Essa visão geral ofereceria subsídios para a elaboração de objetivos e metas das leis e diretrizes educacionais, fruto da reforma educacional dos anos de 1990. Essas ações governamentais teriam direcionado as leis e diretrizes e influenciado a população no sentido de manter certa ordem e, ao mesmo tempo, construir mudanças no cenário mercadológico nacional.

No que se refere à formação emergencial, a manutenção estaria relacionada à atuação dos professores que ministravam aulas sem formação específica nas escolas brasileiras de modo que esses sujeitos seriam formados no período de férias sem afetar o horário de trabalho desenvolvido por eles, no contexto da Educação Básica. Já a construção seria no sentido de produzir um novo perfil de professores habilitados em suas respectivas áreas de atuação.

Dessa forma, evidenciamos com Foucault, uma Reforma Educacional que configurou plano de fundo de um processo de subjetivação que aconteceria de maneira naturalizada, sob as normas governamentais que influenciara no convencimento dos sujeitos sociais autores desse processo de formação.

Sendo assim, o Curso modular foi constituído com o interesse das secretarias de educação junto às universidades a partir das exigências da LDB 9394/96. Inicialmente, ocorreu uma parceria entre as secretarias municipais e as estaduais de educação com a proposta de uma formação no período de férias com custo acessível aos acadêmicos. Essas secretarias, por sua vez, atuaram com ações de convencimento dos professores sobre essa necessidade por meio de processos de divulgação, e uma vez divulgados nas escolas. Os acadêmicos das primeiras turmas encarregar-se-iam de incentivarem seus pares nas escolas de origem e trouxeram novos integrantes, para o Curso Modular.

Nesse movimento entre o desenvolvimento dos primeiros cursos e a criação de novas turmas o público atingido superou as expectativas iniciais, como visto nas entrevistas. Dessa forma, acadêmicos, professores e outros sujeitos da sociedade contribuíram, por meio de suas ações para o desenvolvimento e a conclusão do referido curso.

Nessa reflexão sobre a influência das leis e diretrizes educacionais trouxemos para o nosso diálogo pesquisadores que problematizam a reforma educacional desencadeada no cenário mercadológico iniciado ao final dos anos de 1980 que ganhou força nos anos de

1990. Aparentemente, o Curso Modular é parte de um movimento de criação de cursos emergenciais de formação de professores disparado em todo o país na década de 1990, sob a influência do BM um financiador da economia brasileira.

Segundo Altmann (2002) o banco atuava no sentido de garantir a estabilidade econômica dos países em desenvolvimento e influenciava esses países em seus diversos setores sociais, “lugares” da manutenção do mercado de trabalho.

Sob essa influência, seria necessária uma reforma educacional no sentido de direcionar objetivos, metas e ações educacionais aos interesses do BM. Sendo assim as políticas educacionais estariam voltadas para os objetivos do mercado, uma vez que o foco principal do BM seria formar pessoas para atuarem nesse contexto. Diante disso, seria viável um plano de reforma em direção à esses objetivos externos. Essa reforma estaria voltada para a construção de um novo perfil de sujeito “capacitado” para atuar na sociedade.

Hattge (2013), também evidencia mudanças que ocorreram no contexto educacional sob o lema “educação para todos”, pautado nos interesses do BM, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, em 1990.

Esse slogan também foi evidenciado por Altmann (2002) quando afirma que políticas mobilizadas em torno da reforma educacional na vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), provocaram mudanças nas leis educacionais como a criação da nova LDB 9394/96 que suscitou o Plano Nacional de 2001, disseminando o tema “educação para todos”.

A partir da abertura dessas leis que estimulavam a autonomia das universidades para a criação de cursos emergenciais no sentido de atenderem os professores que atuavam sem habilitação nas escolas de Educação Básica no país correria um amplo movimento de formações emergenciais como forma de inclusão dos professores não habilitados atuantes na Educação Básica brasileira.

Podemos perceber o reflexo dessas leis nos pedidos de autorização das universidades por meio de pareceres junto ao Ministério da Educação – MEC para criação de cursos de férias, noturnos e/ou com aulas aos finais de semana para atenderem à demanda de professores que ministravam aulas em diversas regiões do país sem habilitação específica e não tinham condições de frequentar cursos regulares que ocorriam no mesmo horário de trabalho desses docentes, alguns até tinham formação completa ou incompleta em outras áreas, enquanto outros tinham apenas o Ensino Médio.

O processo de produção desenvolvimento e fechamento do Curso Modular, uma versão dessas formações de emergência, parece ter gerado outras questões relacionadas às identidades dos autores que agiram na concretização desse projeto. A necessidade em comparar e até mesmo classificar o curso modular como um curso mais completo e até mesmo mais difícil que o curso regular, parece dizer de uma não aceitação dessa formação como um curso tido como normal, legitimado pela sociedade da sua época.

Embora o Curso Modular seja legalmente registrado assim como muitos outros que ocorreram em todo o país de forma emergencial, as falas dos depoentes deflagram um processo de normação, que ocorreria nas falas dos seus agentes no sentido de torná-lo aceito pelas sociedade, portanto normal. A respeito dos processos de normação Veiga-Neto (2007, p. 956), reconhece em seus estudos como as “tentativas de conformar as pessoas, segundo padrões prévios constituídos no próprio grupo ao qual tais pessoas pertencem, devem ser compreendidas mais [como] uma normação do que uma normalização. A caracterização do Curso Modular como um curso mais completo que o Regular descrito por eles como um curso “normal”, em certo sentido, nos remete ao processo de normação descrito por Veiga-neto.

Associamos a força da linguagem mobilizada nesse processo que ocorre de forma naturalizada quando valoriza o Curso Modular em detrimento do Regular com as marcas das diferentes identidade de professores produzidas nessas duas modalidades de formação de professores de matemática.

Sobre essa caracterização a partir da linguagem percebemos a demarcação das diferenças mesmo quando os depoentes falam sobre as características do Curso Modular ainda que não deixem clara a intenção de enfatizá-la. De acordo com Silva (2000, p. 74) as diferenças podem ser marcadas pela ausência, ou seja por “aquilo que não é”. Assim quando um colaborador menciona o Curso Regular como normal parece deixar claro, talvez inconscientemente, que existem outros cursos que não são normais, se o curso modular não pertence ao grupo dos cursos normais deveria passar por um processo de normação para ser aceito normalizado pela sociedade de seu tempo.

Com essa pesquisa foi possível iniciar um diálogo problematizador que nos permitiu evidenciar diversas questões acerca da demanda de professores habilitados na década de 1990. Porém esse estudo nos coloca diante de uma série de questões evidenciadas a partir das entrevistas e da criação de fontes sobre uma Reforma educacional

que pode abrir um leque para diferentes olhares em pesquisas futuras, dependendo da ótica e do lugar de quem olha.

As nossas evidências remetem à questões ainda latentes, disparadas nesse trabalho, porém, inconclusas. Cabe refletir ainda, se o rigor construído tradicionalmente em torno da matemática pode resistir ao contexto das formações emergenciais? Como a matemática considerada para muitos como uma disciplina destinada às pessoas dotadas inteligência excepcional, de maior importância na sociedade entre outros rótulos se manteve ou não, frente às formações emergenciais de professores que ensinavam essas matérias mesmo sem possuírem formação nessa área específica no âmbito das escolas básicas da década de 1990? Como as diferentes linguagens mobilizadas nas formações emergenciais dariam conta de manter, se manteve, esses dogmas da matemática? Seriam os Cursos Emergenciais de Matemática uma vertente da “Educação matemática dona de um discurso que atrativo e sedutor que promete explicações, soluções e estruturas.” (Bampi, p. 12), ou seria um processo de produção de outros discursos, outras identidades ou outras matemáticas imersos em outros processos relacionados à outras relações de poder? Questões como essas nos estimulam a refletir sobre outras narrativas disparadas por outros pesquisadores no país e talvez buscar um diálogo mais aprofundado nos campos da Educação Matemática, das políticas educacionais e da filosofia no sentido de problematizar olhares naturalizados acerca da formação de professores de matemática no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Universidade Federal de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

BAMPI, Lisete Regina. *O discurso da Educação Matemática: um sonho da Razão*. Porto Alegre: UFRGSIFACED/PPGEDU, 1 999. (Dissertação, Mestrado em Educação).

DELEUZE, Gilles. Primeira serie de Paradoxos: Do Puro Devir. In. *A Lógica do Sentido*. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 53-66, outubro de 1995. Disponível em: <<http://migre.me/wCzq3>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://goo.gl/MOE4Az>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

GARNICA, A. V. M; FERNANDES, D. N; SILVA, H. da. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regimes de historicidade e história oral. *Bolema-Mathematics Education Bulletin*, p. 213-250, 2011.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VASCONCELOS, José Antônio. O que é desconstrução. *Revista de Filosofia*. Curitiba. V. 15 n. 17, p.73-78, jul./dez.2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Stuart Hall, Woodward , Kathryn . *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Inclusão e Governamentalidade. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.